

## Gestão pública municipal: Estudo na tesouraria do município de Eusébio-Ceará

 <https://doi.org/10.56238/sevened2024.002-018>

**Wiviny Vitor Alves Bezerra**

Graduação em Ciências Contábeis  
Universidade de Fortaleza (UNIFOR)  
E-mail: wivivy10@hotmail.com

**Oderlene Vieira de Oliveira**

Doutorado em administração de empresas  
Universidade de Fortaleza (UNIFOR)  
ORCID: 0000-0002-5083-3727

**Daniel Ribeiro Grigolon**

Mestrado em administração de empresas  
Universidade de Fortaleza (UNIFOR)

E-mail: Daniel.8588@gmail.com

**Gilmara Elke Dutra Dias**

Doutoranda em administração de empresas  
Universidade de Fortaleza (UNIFOR)  
E-mail: Gilmara.dias@ufersa.edu.br

**Laíse Luciene Costa de Lima Maia**

Doutoranda em administração de empresas  
Universidade de Fortaleza (UNIFOR)  
ORCID: 0000-0002-1651-4941

---

### RESUMO

Pesquisas recentes indicam uma lacuna no que concerne à validade e eficácia do uso de ferramentas financeiras e orçamentárias modernas na melhoria da gestão financeira pública. Assim, na presente pesquisa buscou-se analisar o processo de gestão da tesouraria do município de Eusébio - Ceará, observando as práticas adotadas e os desafios enfrentados. Para tanto fez-se uso da estratégia de Estudo de Caso, que será realizada na Secretaria de Finanças (SEFIN) de Eusébio, onde as atividades de tesouraria, controladoria, arrecadação e a gestão de recursos serão examinadas sob uma perspectiva integrada. Os resultados da análise financeira da SEFIN de Eusébio destacou a aderência estrita às leis de responsabilidade fiscal e outros regulamentos, reforçando a confiança dos cidadãos na gestão pública transparente e legalmente conformada. A transição para sistemas digitais, embora desafiadora, promete melhorar significativamente a eficiência e a transparência. Este estudo evidenciou a importância da evolução contínua na gestão fiscal e o potencial da digitalização para aprimorar a administração pública. As descobertas podem servir de modelo para outras entidades governamentais e indicar áreas para pesquisa futura, especialmente sobre o impacto da transição digital na confiança e eficiência pública.

**Palavras-chave:** Sistema Administrativo Financeiro, Gestão Financeira, Gestão Pública.



## 1 INTRODUÇÃO

A eficiência na gestão das finanças públicas representa um elemento chave para o fortalecimento das economias, tanto para países em fase de transição econômica quanto para aqueles com economias consolidadas. Uma administração financeira pública sólida é um dos pilares que assegura a competitividade internacional de um país. Ferramentas de gestão financeira eficazes proporcionam não apenas eficiência e coerência nas atividades de autoridades públicas em diversos níveis, mas também são fundamentais para o sustento de uma governança democrática (Leeper *et al.*, 2020; Marfatia *et al.*, 2020).

Com a crescente globalização, emergem riscos ampliados às finanças públicas que realçam a necessidade de aprimoramento contínuo nos sistemas de gestão financeira, a fim de salvaguardar a estabilidade e a sustentabilidade econômica. Estes desafios apontam para a importância de atualizar as metodologias e sistemas de informação financeira e de realizar análises integradas para uma gestão efetiva (Chornovol *et al.*, 2020).

Diante da complexidade da gestão financeira no serviço público, surge a necessidade de um aprofundamento nos conhecimentos das normas e procedimentos que regem a conduta administrativa para assegurar a eficácia prática de tais sistemas. A compreensão e a aplicação adequada dessas normas ao sistema público são essenciais para contribuir para a eficiência e eficácia do sistema administrativo financeiro (Silva; Matias, 2016).

A legislação brasileira, em particular a lei nº 4.320/64, estabelece normas para o balanço e o orçamento público, impondo diretrizes que órgãos públicos devem seguir, abrangendo a administração direta e indireta, bem como fundações, autarquias, fundos municipais e empresas estatais. Em 2008, mudanças significativas foram introduzidas pelas NBC T 16 do CFC, exigindo a adoção de todas as regras contábeis de acordo com padrões internacionais. Essas normativas levaram à criação de grupos de estudos pela Secretaria do Tesouro Nacional, voltados para a elaboração de conceitos e manuais contábeis específicos para o setor público (CFC, 2008).

Contudo, pesquisas recentes indicam uma lacuna no que concerne à validade e eficácia do uso de ferramentas financeiras e orçamentárias modernas na melhoria da gestão financeira pública (Anzuini *et al.*, 2020; Aursland *et al.*, 2020). Vale ainda destacar que, diversos estudos evidenciaram as dificuldades enfrentadas pelos municípios brasileiros, dos quais muitos vêm sofrendo grande pressão financeira (Diniz *et al.*, 2012), com uma gestão crítica em termos de liquidez, nível de investimentos e obtenção de receitas (Leite Filho; Fialho, 2015). Denotando assim, a relevância de estudos com foco na gestão municipal.

Neste contexto, a presente pesquisa tem o objetivo de investigar as dinâmicas da gestão da tesouraria municipal, tomando como estudo de caso o município de Eusébio-Ceará. Assim, neste estudo



se propõe a analisar o processo de gestão da tesouraria em Eusébio - Ceará, observando as práticas adotadas e os desafios enfrentados.

A pesquisa, orientada pela metodologia de estudo de caso, será realizada na Secretaria de Finanças (SEFIN) de Eusébio, onde as atividades de tesouraria, controladoria, arrecadação e a gestão de recursos serão examinadas sob uma perspectiva integrada. Desta forma, espera-se obter um entendimento aprofundado dos procedimentos e contribuir com *insights* que possam aprimorar a eficiência e eficácia do sistema administrativo financeiro da gestão pública.

Os achados da pesquisa podem oferecer uma contribuição teórica significativa ao expandir a compreensão dos princípios de governança financeira no contexto de municípios brasileiros. Ao detalhar como as práticas de tesouraria e as regulamentações contábeis são aplicadas em nível municipal, se pode enriquecer a literatura sobre a administração financeira pública; identificando os fatores específicos que influenciam a eficiência administrativa em contextos emergentes, como os municípios de economias em desenvolvimento, se pode contribuir para desenvolver uma teoria contextualizada sobre a gestão das finanças públicas.

Do ponto de vista gerencial, o estudo promete fornecer recomendações práticas que podem ser aplicadas para aprimorar as operações financeiras municipais. Os achados poderão servir de orientação para a criação ou revisão de manuais e procedimentos para a gestão da tesouraria, garantindo que práticas mais eficazes sejam adotadas, levando em conta as especificidades locais e os desafios identificados; podem também oferecer *insights* para o desenvolvimento de treinamentos e programas de desenvolvimento profissional voltados para funcionários da tesouraria e gestores financeiros, visando uma melhor compreensão e aplicação das normas e políticas financeiras.

Essas contribuições podem não apenas melhorar as operações financeiras no município estudado, mas também servir de referência para outros municípios com desafios semelhantes, promovendo uma gestão financeira pública mais robusta e responsável.

## **2 REFERENCIAL TEÓRICO**

### **2.1 GESTÃO PÚBLICA**

Administração Pública, aqui tratada como Gestão Pública, compreende “o universo de instituições, órgãos, serviços e agentes públicos que trabalham buscando suprir as necessidades da população em geral, sem nenhum tipo privilégio a particulares, ou seja, é a gestão dos interesses da coletividade através da prestação de serviços públicos” (Guimarães; Oliveira, 2019, p. 357). Santos (2014, p. 89), de forma bem simples, explana que “a gestão pública refere-se às funções de gerência pública dos negócios do governo”.

A Constituição de 1988 trouxe mudanças significativas no campo da administração pública municipal, pois deu maior importância e responsabilidades aos municípios brasileiros consolidando

seu poder de atuação no que se refere ao provimento de bens e serviços públicos à população. Aumentou também, de forma considerável, a responsabilidade e as obrigações daqueles que ocupam os cargos na administração pública em geral, conforme determina a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) cuja função, entre tantas outras, é estabelecer normas que objetivam controlar os gastos dos gestores públicos no âmbito dos estados, Distrito Federal e municípios, bem como promover a transparência do uso dos recursos públicos (Guimarães; Oliveira, 2019).

A gestão pública moderna está empenhada na constante aquisição de novos conhecimentos para abordar desafios práticos de forma eficaz, visando oferecer serviços aprimorados e respostas rápidas às crescentes e diversificadas demandas sociais. Esse dinamismo é uma resposta à complexa realidade global e à necessidade de governos locais utilizarem seus recursos de maneira mais eficiente para superar obstáculos próprios à sua gestão (Motta, 2013).

A eficácia na gestão dos recursos públicos pode ser significativamente aprimorada quando o governo municipal assume um papel mais ativo e quando a cidadania exerce participação efetiva na cobrança de uma melhor gestão (Rogers, 2008). Nesse contexto, Ramos e Schabbach (2012) ressaltam a importância da avaliação na gestão pública, pois ela contribui para aprimorar a eficiência nos gastos e na gestão, além de promover a transparência e a eficácia estatal. Eles defendem que a transparência nos resultados governamentais incentiva o controle social. Scarpin e Slomski (2007) complementam esse ponto de vista, argumentando que os gestores públicos têm a responsabilidade de administrar os recursos financeiros de maneira que promovam o desenvolvimento máximo possível.

Cruz e Marques (2014) defendem a ideia de que governos locais eficientes devem ser estimulados a competir de maneira saudável e a aprimorar a performance econômica do setor público. E Scarpin e Slomski (2007) veem o orçamento municipal e a gestão de receitas como elementos chave no desenvolvimento municipal, com a controladoria tendo a tarefa essencial de criar sistemas que monitoram e informam sobre esses aspectos financeiros.

Segundo Bogoni, Hein e Beuren (2011), o provimento eficaz de serviços públicos essenciais é crucial para elevar a qualidade de vida dos cidadãos e, por extensão, estimular o crescimento econômico. Investimentos em áreas como infraestrutura, educação e saúde são vistos por eles como despesas fiscais locais que não apenas melhoram a produtividade do setor privado, mas também geram benefícios externos significativos para a economia local.

No contexto da Administração Pública, a atuação dos agentes estatais, conforme delineado no Referencial de Governança do TCU, pode ser compreendida como a habilidade do governo de avaliar, orientar e fiscalizar a administração de políticas públicas variadas. Estas políticas são desenvolvidas para atender às necessidades da população, e sua efetividade depende do uso de uma série de instrumentos e ferramentas apropriados (Nardone, 2018).

### 2.1.1 Políticas públicas e ferramentas governamentais

Os governos — seja no nível federal, estadual ou municipal — devem estar constantemente vigilantes aos desequilíbrios sociais, pois sua intervenção é crucial para a estabilidade e preservação da ordem social. Existem diversas manifestações de política pública, como leis, campanhas, premiações e imposições fiscais, todas projetadas para endereçar desafios específicos de escassez ou excesso na sociedade (Secchi, 2019).

Campos e Pereira Júnior (2023) explanam que as políticas públicas são fundamentais para lidar com as complexidades sociais que afetam a vida cotidiana da população, visando atenuar problemas específicos que emergem no tecido social, seja de um grupo ou de uma parcela mais ampla da sociedade. Devido ao caráter dinâmico das demandas sociais, a atuação do Estado torna-se imprescindível na busca por um equilíbrio social e justiça, elementos cruciais para a coesão da comunidade. A eficácia da ação governamental depende de uma clara definição dos problemas públicos a serem abordados, o que, por sua vez, facilita o desenvolvimento de políticas direcionadas para minimizar ou resolver os desafios apresentados pela sociedade ao governo

A implementação de políticas públicas, uma responsabilidade governamental, depende intrinsecamente da alocação apropriada de recursos públicos. É através do orçamento público que o governo planeja e destina os recursos necessários para transformar tais políticas em serviços acessíveis à população. O orçamento público é o instrumento que detalha como as receitas serão empregadas e as despesas realizadas, refletindo as prioridades da sociedade em termos de políticas públicas (Chrispino, 2018).

Sem financiamento, a política pública não passa de intenção. Qualquer proposta política traz consigo um custo que deve ser considerado para sua realização prática. Ideias promissoras sem uma avaliação financeira detalhada estão destinadas a permanecer no papel. Por isso, ao discutirmos políticas públicas, é essencial entender as limitações e as capacidades do orçamento público, que é, essencialmente, o plano estratégico para a gestão fiscal do governo (Chrispino, 2018).

Além de refletir a intenção do governo em termos de receita e despesa, o orçamento público, formalizado na Lei Orçamentária Anual (LOA), transcende sua natureza contábil, técnica e jurídica, atuando como um instrumento dinâmico de planejamento estratégico. Ele detalha a alocação e o destino específico dos investimentos em serviços públicos disponibilizados à população. Além disso, o orçamento público é uma ferramenta flexível de planejamento, construído com o propósito de atender objetivos específicos e adaptar-se às necessidades de serviços públicos da comunidade. Longe de ser um documento rígido, ele é moldável e deve ser atualizado regularmente para responder de forma eficaz às mudanças nas demandas da sociedade e às exigências de financiamento do governo, garantindo sua relevância e eficácia ao longo do tempo (Campos; Pereira Júnior, 2023).

O orçamento público é definido pela Secretaria do Tesouro Nacional — o núcleo central da contabilidade pública no Brasil —, como uma legislação proposta pelo Poder Executivo que tem como função projetar as receitas e determinar as despesas do governo (Abrúcio e Loureiro, 2005). No que diz respeito às administrações municipais, o orçamento é um documento que detalha não apenas as expectativas de arrecadação, que são a base dos recursos financeiros do município, mas também os limites de gastos, representando os investimentos feitos pela gestão municipal para prover serviços à comunidade. Portanto, a administração do orçamento é uma tarefa de suma importância no gerenciamento público, regida por um conjunto de normas legais — incluindo a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), a Constituição Federal e a Lei 4.320/1964 — que asseguram a correta captação de receitas e execução de despesas (Fonseca e Souza, 2008).

De acordo com Oliveira *et al.* (2020) a LRF foi promulgada em 04 de maio de 2000, com o intuito de prevenir riscos e corrigir desvios na gestão fiscal pública, considerado o código de boa conduta dos gestores públicos visa estabelecer normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e, entre outras providências, prever punições para os entes que descumprirem a lei, garantindo, assim, a eficácia no seu atendimento.

O Plano Plurianual (PPA) também visa o alinhamento das ações governamentais (Olenski *et al.*, 2017). Instituído pela Constituição Federal de 1988, o PPA serve como um guia para os gestores públicos na formulação e implementação de políticas públicas. Este instrumento evoluiu paralelamente ao movimento da Nova Gestão Pública (New Public Management - NPM), enfatizando a obtenção de resultados no setor público. A partir dos anos 1990, o Brasil começou a revisar seu modelo burocrático de governança, movendo-se em direção a um modelo gerencial, no qual o PPA desempenha um papel chave na gestão por resultados (Nascimento *et al.*, 2020).

No contexto da federação brasileira, todos os municípios, independentemente do tamanho, estão sujeitos a normas constitucionais para a elaboração do PPA. Este deve ser feito com base na estimativa de receitas e na alocação de recursos, considerando os aspectos fiscais e normativos. No entanto, muitas prefeituras enfrentam dificuldades na criação de seus planos de governo. O PPA, que deveria ser um instrumento dinâmico de planejamento e gestão orçamentária, muitas vezes acaba sendo apenas uma formalidade procedimental sem uma verdadeira institucionalização como ferramenta de gestão (Silva, 2017).

## 2.2 GESTÃO FINANCEIRA E TESOURARIA NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

A administração pública, tanto no Brasil quanto globalmente, tem passado por significativas transformações nas últimas décadas, impulsionadas pela necessidade de práticas fiscais robustas e pela oferta de serviços que atendam às demandas cada vez mais específicas da população. Isso requer uma

gestão que equilibre de forma responsável a arrecadação e a alocação de recursos, seguindo critérios de eficiência que são fundamentais para o sucesso das instituições públicas (Denhardt, 2012).

Diante deste cenário, a gestão financeira adquire importância crescente, afetando diretamente a vida dos cidadãos e das organizações. Segundo Gitman (2010), ela é encarregada de desenvolver e implementar estratégias que visam ao crescimento e à melhoria da posição competitiva de uma organização, seja ela pública ou privada. Na esfera pública, um objetivo central da gestão financeira é estabelecer um gerenciamento de recursos que previna gastos excessivos e que, através de uma fiscalização rigorosa e da priorização das necessidades governamentais, otimize o desempenho e alcance as metas estabelecidas (Pollitt, 2014).

A eficiência financeira da administração pública brasileira enfrenta desafios, especialmente devido à rigidez constitucional e aos mínimos obrigatórios de gastos em áreas-chave, o que exige dos gestores uma administração responsável e uma execução de projetos atenta para evitar falhas na oferta de serviços públicos (Diniz et al., 2012). Além disso, as crises financeiras recentes, a escassez de recursos para investimentos e problemas como corrupção e falta de transparência têm prejudicado a gestão fiscal dos municípios. Portanto, é imperativo que os gestores públicos pratiquem uma gestão fiscal eficaz e responsável, buscando um desempenho econômico-financeiro superior na entrega dos serviços públicos e uma maior justiça na distribuição dos recursos (Leite Filho *et al.*, 2018).

Em resposta a essas necessidades, a Secretaria do Tesouro Nacional publica anualmente o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), que oferece orientações contábeis para entidades públicas e promove a racionalidade, eficiência e transparência na gestão fiscal. Conforme o MCASP (2018), o foco principal dessas entidades é fornecer serviços à sociedade, incluindo programas de bem-estar e segurança, e apresentar demonstrativos financeiros que reflitam com precisão a situação econômica e a performance do setor público. Tais relatórios são essenciais para a prestação de contas, a responsabilização, a tomada de decisão e a promoção da transparência e do controle social (STN, 2018).

Neste contexto, a tesouraria municipal é uma das áreas centrais da gestão financeira, sendo responsável pelo gerenciamento de todas as transações financeiras, incluindo recebimentos e pagamentos, controle de fluxo de caixa, e outras atividades financeiras críticas. A complexidade e a importância da tesouraria derivam da sua função central na manutenção da saúde financeira e na tomada de decisão estratégica relacionada às finanças da organização (Andrade, 2018).

Diariamente o Tesoureiro de um órgão público realiza o gerenciamento de entradas e saídas financeiras da entidade. Analisa todos os valores disponíveis à administração para a aquisição de novos ativos e a redução de seus passivos. Cabe a este profissional a execução desta gestão financeira e a partir dela tomar as decisões estratégicas necessárias. O tesoureiro responsável deve repassar a sua equipe a importância de se trabalhar com o PPA (Plano Plurianual), a LDO (Lei de Diretrizes

Orçamentárias) e a LOA (Lei Orçamentária Anual) em mãos, mais precisamente a LOA, que trará todo orçamento disponível a ser executado dentro do exercício financeiro (APO, 2023).

### 3 METODOLOGIA

O presente estudo é caracterizado como descritivo (Gil, 2010), de natureza qualitativa (Patton, 2001) e documental (Yin, 2010), tendo o estudo de caso como estratégia de pesquisa (Yin, 2010). A pesquisa descritiva permitiu delinear as características do fenômeno em estudo utilizando técnicas padronizadas de coleta de dados, possibilitando a descoberta da existência de associação entre variáveis e a natureza do fenômeno (Gil, 2010).

Já a pesquisa qualitativa, tida como uma abordagem naturalista que procura compreender os fenômenos em configurações específicas ao contexto, onde o pesquisador não tenta manipular o fenômeno de interesse (Patton, 2001), foi usada para analisar a complexidade do fenômeno, incluir e qualificar os processos dinâmicos vividos e possibilitar, em maior nível de profundidade, o entendimento das particularidades das características da instituição em análise (Richardson, 2017).

E a pesquisa documental, possibilitou o uso de materiais que não tiveram nenhuma análise preliminar, constituindo uma fonte rica e estável de dados, que foram ordenados de acordo com o objetivo da pesquisa, sendo uma fonte de dados exata e com ampla cobertura (Yin, 2010). Já o Estudo de Caso, tido como uma investigação empírica, permitiu a análise do fenômeno dentro do seu contexto da vida real (Yin, 2010). Estudos de Caso são considerados apropriados de acordo com certos tipos de problemas, como aqueles onde pesquisa e teoria estão ainda em seus estágios iniciais de formação e aqueles baseados na prática, onde as experiências dos atores são importantes e o contexto de ação é crítico (Benbasat *et al.*, 1987), como é o caso da presente pesquisa.

O caso selecionado para o estudo foi a Tesouraria do município do Eusébio, no Ceará. O município do Eusébio foi selecionado devido ao seu papel proeminente no cenário econômico e social do estado. Como um dos municípios que mais cresce na região metropolitana de Fortaleza, Eusébio se destaca por sua infraestrutura em expansão, vigoroso desenvolvimento industrial e contribuição significativa para a arrecadação tributária do estado. Além disso, sua localização estratégica e o investimento contínuo em setores chave, como educação e saúde, reforçam sua posição como um modelo de gestão pública eficaz e inovadora no Ceará.

Já a Tesouraria tem um grande e importante papel no setor público. Ela é responsável por parte da Gestão Pública de um município. A partir desse setor que os gestores podem ter informações financeiras de todas as secretarias. Tem como função acompanhar os recebimentos e pagamentos diários.

Durante o estudo de caso, foram realizadas visitas a Secretaria de Finanças (SEFIN) do Eusébio, onde os gestores apresentaram informações sobre o funcionamento de como é feito o processo de

pagamento por parte dos colaboradores da administração - nessa oportunidade pode-se acompanhar a forma que o setor de tesouraria cumpria os afazeres da pasta; foi observado, por exemplo, que o processo de pagamentos das empresas que prestam serviços ou fornecem produtos para entidade é de forma bem cautelosa, por se tratar de uma grande responsabilidade com os cofres públicos, além disso, a equipe trabalhava de forma integrada, onde os gestores tinham total responsabilidade com o uso de sistemas bancários para pagamentos dos fornecedores e os demais colaboradores integravam o restante do processo de pagamento e inclusão no sistema contábil para melhor transparência da entidade. Nessa fase, pode-se contar com a colaboração de do Tesoureiro e da Secretária Executiva de Finanças.

De posse dos dados, estes foram analisados com base na técnica de Análise de Conteúdo, conceituada por Bardin (2004, p. 37) como um conjunto de técnicas de análise das comunicações que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção dessas mensagens. As vantagens da Análise de Conteúdo são de organizar o material coletado em um modelo de comunicação, possuir regras de análise seguindo procedimentos e unidades de análise, trabalhar a interpretação dos textos seguindo uma estrutura de categorias criadas cuidadosamente, e possuir critérios de validade e confiabilidade (Mayring, 2000).

#### **4 RESULTADO E DISCUSSÃO**

Nesta seção, a análise se concentra no setor de tesouraria da Prefeitura Municipal de Eusébio, abordando tanto as informações fornecidas pelo tesoureiro quanto pela secretária executiva de finanças, como também as demonstrações financeiras. Além disso, será dada ênfase ao sistema administrativo financeiro informatizado, que opera de forma integrada dentro da Tesouraria. Também será apresentada uma lista detalhada das atividades realizadas no setor, acompanhada dos respectivos procedimentos adotados em cada uma delas."

A Tesouraria da Prefeitura de Eusébio no ano de 2023 encontra-se operando com quatro funcionários, sendo dois analistas financeiros, um coordenador do tesouro municipal e uma secretária executiva da SEFIN. Constantemente a tesouraria tem recebido tributos e gerindo de forma eficiente esses recursos oriundos do trabalho do setor de arrecadação municipal.

Atualmente as atividades desenvolvidas pelo setor de tesouraria são: 1) pagamentos a fornecedores; 2) pagamento do programa renda mínima; 3) pagamento do programa aluguel social; 4) pagamento de salário dos funcionários; 5) pagamento de consignações referente a folha de pagamento; 6) pagamento de guia INSS fornecedores e servidores; 7) pagamento de guia do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos Municipais de Eusébio (IPME) dos servidores estatutários do município; 8) recebimento de cauções e cartas fianças inerentes a processos licitatórios para participação da tomada de preços e concorrência, e quando o fornecedor ganhador do processo licitatório desejar caução do

contrato objeto do processo; 9) devolução de tributos pagos a maior ou em duplicidades, conforme parecer no devido requerimento junto a SEFIN (Secretária de Finanças); 10) recolhimento de impostos devido pelos fornecedores; 11) conciliação e fechamento diário de entradas e saídas; e 12) encerramento das informações contábeis juntamente com os funcionários do setor contábil.

Ficou evidenciado que cabe ao setor são diversas atividades, desde a verificação de pagamento a um fornecedor X, até informações destinadas ao controle contábil solicitadas pelo Tribunal de Contas do Estado. A seguir explana-se sobre algumas dessas atividades.

#### 4.1 PAGAMENTOS A FORNECEDORES

A Tesouraria do município de Eusébio gerencia os pagamentos a fornecedores, processando-os de forma física e com recebimento diário. *“Este departamento atende a todas as secretarias municipais, com exceção das autarquias AMMA e AMT, bem como da câmara municipal, que estão fora de sua jurisdição.”* (Secretária Executiva de Finanças).

A Figura 1 exibe uma nota de pré-pagamento que encapsula detalhes essenciais do procedimento de pagamento, desde a secretaria envolvida até os dados do beneficiário. Diariamente, a Prefeitura de Eusébio autoriza uma série de processos que desencadeiam os pagamentos correspondentes. No ato da recepção, uma verificação meticulosa é realizada para assegurar que as informações do processo estejam alinhadas com as estipulações do pré-pagamento. Em seguida, esses processos são categorizados conforme a secretaria responsável, o beneficiário, a fonte dos recursos e a conta bancária específica.

O método de pagamento da Prefeitura de Eusébio começa com o recebimento diário de documentos relativos aos fornecedores. *“A equipe da tesouraria dedica-se a uma análise detalhada de cada processo para garantir que estejam em conformidade com as políticas e normativas vigentes.”* (Tesoureiro). Uma vez que os processos são recebidos e examinados, são organizados por secretaria ou departamento, tendo em vista a natureza dos serviços ou produtos fornecidos. *“A equipe da tesouraria, então, identifica o fornecedor relacionado a cada pagamento por meio da nota de pré-pagamento e demais informações anexadas ao processo.”* (Secretária Executiva de Finanças).

A tesouraria escolhe a conta bancária adequada para realizar o pagamento, que pode envolver a emissão de cheques, realização de transferências eletrônicas, ou outros meios, conforme as diretrizes municipais e os dados bancários do fornecedor. *“Para manter um controle organizado, a secretaria responsável documenta cada pagamento em um arquivo Excel específico, detalhando elementos como o nome do fornecedor, a data e o valor pago, bem como os impostos recolhidos.”* (Tesoureiro).



Figura 1: Nota de Pré Pagamento do Sistema Administrativo Financeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE EUSEBIO				
RUA EDMILSON PINHEIRO, 150 EUSEBIO - CE CNPJ :23.563.067/0001-30				
<b>NOTA DE PRE - PAGAMENTO</b>				
DATA: 29/05/2023	NÚMERO: <b>P05.29.010</b>	TIPO: Orçamentária	LIQUIDAÇÃO: P05.03.122	EMPENHO: P04.03.087
<b>UNIDADE GESTORA:</b>				
09 SECRETARIA DE EDUCACAO				
<b>CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA</b>		<b>DADOS COMPLEMENTARES</b>		
Orgão: 09	SECRETARIA DE EDUCACAO	Elemento: 3.3.90.39.00	Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	
Unidade: 01	FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO	Licitação/Processo Administrativo: 010142022		
Função: 12	EDUCACAO	Contrato: 101406231		
SubFunção: 362	ENSINO MEDIO	Fonte de Recurso Financeiro: 500.1001.00 - Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação		
Programa: 0207	EDUCACAO BASICA	Tipo de Gasto: LOCACAO DE MEIOS DE TRANSPORTE		
Seqüência: 2020	APOIO AO ESTUDANTE DO ENSINO MEDIO			
<b>HISTÓRICO / ESPECIFICAÇÃO DA DESPESA</b>				
REFERENTE PRESTACAO DE SERVICOS DE FRETAMENTO DE ONIBUS URBANO, PARA O TRANSPORTE DE ALUNOS DO ENSINO MEDIO PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE EDUCACAO DESTE MUNICIPIO, CONFORME PROCESSO LICITATORIO				
<b>CREDOR</b>				
Nome/Razão Social: <b>P04759 FRANCISCA LUCIA ARAUJO DA SILVA ME</b>				
CNPJ/CPF: 10.545.631/0001-40	Endereço: RUA DERMEVAL CARNEIRO, SN - CENTRO			
Cidade/UF: EUSEBIO - CE			Cep.: 61760-000	
Banco:	Agência:	Conta:		
<b>VALOR BRUTO</b>				<b>87.904,10</b>
<b>DEDUÇÕES DO PRE-PAGAMENTO:</b>				
ESPECIFICAÇÃO				VALOR
CONSIG. INSS				6.761,74
IRRF S/OUTROS REND - EXTRA				3.073,52
ISS - EXTRA				4.098,02
<b>TOTAL DEDUÇÕES DO PRE - PAGAMENTO</b>				<b>13.933,28</b>

<b>VALOR LÍQUIDO:</b>	<b>73.970,82</b>
<b>POR EXTENSO:</b>	SETENTA E TRES MIL, NOVECENTOS E SETENTA REAIS E OITENTA E DOIS CENTAVOS

<b>CHEQUE / DOCUMENTO BANCÁRIO</b>	
<b>FUNTE DE RECURSO</b>	
<b>CONTA No.</b>	
<b>DOC. Cx. No.</b>	_____ . _____ . _____

DATA: 29/05/2023

ASSINATURA

DIGIMAX

Fonte: Tesouraria do município de Eusébio (2023).

Após os pagamentos serem efetuados, eles são registrados e contabilizados no sistema financeiro da prefeitura, mantendo o registro financeiro atualizado e exato. Informações adicionais são

anexadas ao processo e às notas de pagamento, proporcionando um histórico completo e transparente de todas as transações financeiras.

Finalizando o processo, os documentos são protocolados e enviados para o departamento encarregado da gestão documental, onde são devidamente organizados e, posteriormente, enviados para a Câmara Municipal ou para o local de arquivamento permanente.

A prefeitura mantém um diálogo contínuo com os fornecedores, visando solucionar quaisquer problemas ou esclarecer dúvidas que possam surgir acerca dos pagamentos, promovendo assim um relacionamento transparente e estável. Além disso, é possível gerar relatórios detalhados sobre os pagamentos efetuados aos fornecedores, reforçando a transparência e a responsabilidade na administração financeira pública. “É crucial que todo esse processo transcorra em estrita observância das normativas aplicáveis, assegurando a integridade e a clareza dos pagamentos governamentais.” (Tesoureiro).

Na Tabela 1, exibe-se os pagamentos efetuados no dia, com informações detalhadas sobre cada pagamento, incluindo o nome do fornecedor, a data do pagamento, o valor e outros detalhes relevantes.

Tabela 1 - Controle bancário da conta 84-3 referente a Secretária de Saúde do Município de Eusébio – setembro de 2023

Fornecedor	Data		Saída	Entrada	
<b>Saldo inicial</b>					<b>1.358.081,31</b>
45-2				970.000,00	2.328.081,31
FOLPAG AGO/23			2.310.184,50		17.896,81
				40.000,00	57.896,81
FORTEL / DBS SERVIÇOS			6.684,60		51.212,21
53-3			101,80		51.110,41
FORTEL / DBS SERVIÇOS			3.047,39		48.063,02
53-3			46,41		48.016,61
FORTEL / DBS SERVIÇOS			11.599,75		36.416,86
53-3			176,65		36.240,21
FORTEL / DBS SERVIÇOS			3.637,21		32.603,00
53-3			55,39		32.547,61
FORTEL / DBS SERVIÇOS			11.599,75		20.947,86
53-3			176,65		20.771,21
FORTEL / DBS SERVIÇOS			3.637,21		17.134,00
53-3			55,39		17.078,61
FORTEL / DBS SERVIÇOS			3.047,39		14.031,22
53-3			46,41		13.984,81
FORTEL / DBS SERVIÇOS			6.684,60		7.300,21
53-3			101,80		7.198,41
JOSETE MALHEIRO			3.000,00		4.198,41
DP DINH AG	04.set			0,27	4.198,68
				20.000,00	24.198,68
ADRIANA BEZERRA	04.set	X	1.280,00		22.918,68
CRISTIAN TAVARES		X	2.420,00		20.498,68



003-7	04.set			10.000,00	30.498,68
002-9				130.000,00	160.498,68
COSTA DO SOL	04.set	X	18.866,70		141.631,98
GPS		X	657,45		140.974,53
51-7		X	398,45		140.576,08
COSTA DO SOL		X	5.244,49		135.331,59
GPS		X	182,75		135.148,84
51-7		X	110,76		135.038,08
CONSIG CAIXA		X	108.899,83		26.138,25
CLS PRODUCAO		X	9.850,00		16.288,25
53-3		X	150,00		16.138,25
LUK		X	9.209,36		6.928,89
53-3		X	284,83		6.644,06
1-0	05.set			158.584,26	165.228,32
ITGM UTI E UCI			144.150,00		21.078,32
CREA CE			254,59		20.823,73
51-7	06.set			190.000,00	210.823,73
				85.000,00	295.823,73
				440.000,00	735.823,73
RODRIGO BASTOS	06.set	X	9.362,64		726.461,09
53-3		X	2.330,71		724.130,38
RODRIGO DE BRAGA		X	8.526,26		715.604,12
53-3		X	2.013,46		713.590,66
F2 COMERCIO		X	66.145,00		647.445,66
EMBRAESTER		X	90.960,67		556.484,99
53-3		X	1.385,19		555.099,80
CAGECE		xx	826,30		554.273,50
CAGECE		xx	4.119,55		550.153,95
CAGECE		xx	1.492,53		548.661,42
CAGECE		xx	4.771,93		543.889,49
OI S.A			259,18		543.630,31
OI S.A			96,38		543.533,93
OI S.A			96,38		543.437,55
NF COMERCIO		X	976,14		542.461,41
53-3		X	11,86		542.449,55
NF COMERCIO		X	629,95		541.819,60
53-3		X	7,65		541.811,95
COOPBRASIL	06.set		522.139,80		19.672,15
	08.set			7.832,10	27.504,25
				10.442,80	37.947,05
53-3	08.set		7.832,10		30.114,95
51-7	08.set		10.442,80		19.672,15
CLINICA DOS OLHOS	11.set		8.892,00		10.780,15
51-7	12.set			20.000,00	30.780,15
CAGECE	12.set		5.857,97		24.922,18
				60.000,00	84.922,18
				176.831,85	261.754,03

BOLSISTA/AUX AGOSTO DE 2023	12.set		237.187,32		24.566,71
<b>ACERTO FOLPAG</b>			<b>318,20</b>		<b>24.248,51</b>
OI S.A	13.set		717,34		23.531,17
OI S.A			351,84		23.179,33
OI S.A			726,28		22.453,05
OI S.A			1.787,50		20.665,55
				140.000,00	160.665,55
LOCARFLEX	13.set		2.658,51		158.007,04
53-3			40,49		157.966,55
LOCARFLEX			1.116,33		156.850,22
53-3			17,00		156.833,22
LOCARFLEX			15.883,12		140.950,10
53-3			241,88		140.708,22
LOCARFLEX			7.975,54		132.732,68
53-3			121,46		132.611,22
LOCARFLEX			5.294,37		127.316,85
53-3			80,63		127.236,22
LOCARFLEX			5.317,03		121.919,19
53-3			80,97		121.838,22
LOCARFLEX			2.658,51		119.179,71
53-3			40,49		119.139,22
LOCARFLEX			5.317,03		113.822,19
53-3			80,97		113.741,22
LOCARFLEX			5.294,37		108.446,85
53-3			80,63		108.366,22
LOCARFLEX			1.116,33		107.249,89
53-3			17,00		107.232,89
LOCARFLEX			5.294,37		101.938,52
53-3			80,63		101.857,89
LOCARFLEX			15.883,12		85.974,77
53-3			241,88		85.732,89
LOCARFLEX			7.975,54		77.757,35
53-3			121,46		77.635,89
LOCARFLEX			5.294,37		72.341,52
53-3			80,63		72.260,89
LOCARFLEX			5.317,03		66.943,86
53-3			80,97		66.862,89
LOCARFLEX			2.658,51		64.204,38
53-3			40,49		64.163,89
LOCARFLEX			2.658,51		61.505,38
53-3			40,49		61.464,89
LOCARFLEX			5.317,03		56.147,86
53-3			80,97		56.066,89
CLS PRODUCAO			9.850,00		46.216,89
53-3			150,00		46.066,89
SUPER GASES			10.818,60		35.248,29

53-3			131,40		35.116,89
					35.116,89
GEOVANNA MARIA	14.set		3.000,00		32.116,89
ODONTO PRIME	14.set		2.738,49		29.378,40
SINDICATO	14.set		3.600,04		25.778,36
	15.set			500.000,00	525.778,36
IPME PAT CAP AGO/23	15.set		195.590,17		330.188,19
IPME SERV CAP AGO/23			184.019,52		146.168,67
IPME PAT FIN AGO/23			62.828,34		83.340,33
IPME SEG FIN AGO/23			52.016,29		31.324,04
002-9				20.000,00	51.324,04
B&B COMERCIO DE PNEUS	15.set		574,15		50.749,89
53-3			8,74		50.741,15
B&B COMERCIO DE PNEUS	15.set		574,15		50.167,00
53-3			8,74		50.158,26
B&B COMERCIO DE PNEUS	15.set		4.801,95		45.356,31
53-3			73,13		45.283,18
B&B COMERCIO DE PNEUS	15.set		4.436,59		40.846,59
53-3			67,56		40.779,03
B&B COMERCIO DE PNEUS	15.set		2.900,82		37.878,21
53-3			44,18		37.834,03
B&B COMERCIO DE PNEUS	15.set		4.071,22		33.762,81
53-3			62,00		33.700,81
51-7	18.set			90.000,00	123.700,81
CLINICA DOS OLHOS	18.set		40.599,70		83.101,11
53-3			742,30		82.358,81
45-2	19.set			200.000,00	282.358,81
IRRF FOLPAG	19.set		269.141,85		13.216,96
001-0	19.set			260.965,92	274.182,88
001-0				220.000,00	494.182,88
INSS SERV AGO/23			129.525,26		364.657,62
INSS PAT AGO/23			353.334,62		11.323,00
FALTAS FOLPAG	20.set		5.200,40		6.122,60
SINSAUDE			165,00		5.957,60
				30.000,00	35.957,60
				270.000,00	305.957,60
ENEL			54.733,91		251.223,69
ENEL			30.808,40		220.415,29
ENEL			5.928,91		214.486,38
EMBRAESTER			90.100,20		124.386,18
53-3			1.372,08		123.014,10
QUALILAV			93.572,10		29.442,00
53-3			2.302,67		27.139,33
51-7			3.070,23		24.069,10

				20.000,00	44.069,10
COSTA DO SOL			5.846,50		38.222,60
GPS NF 135			203,73		38.018,87
51-7			123,47		37.895,40
COSTA DO SOL			14.924,34		22.971,06
GPS NF 136			520,07		22.450,99
51-7			315,19		22.135,80
51-7	21.set			50.000,00	72.135,80
F2 COMERCIO	21.set		10.949,67		61.186,13
51-7	21.set		298,06		60.888,07
F2 COMERCIO	21.set		19.399,15		41.488,92
51-7	21.set		528,07		40.960,85
F2 COMERCIO	21.set		10.895,01		30.065,84
51-7	21.set		296,58		29.769,26
F2 COMERCIO	21.set		1.994,21		27.775,05
51-7	21.set		54,29		27.720,76
TD DANTAS	21.set		456,88		27.263,88
51-7	21.set		24,05		27.239,83
TD DANTAS	21.set		153,23		27.086,60
51-7	21.set		8,07		27.078,53
TD DANTAS	21.set		306,47		26.772,06
51-7	21.set		16,13		26.755,93
TD DANTAS	21.set		774,24		25.981,69
51-7	21.set		32,26		25.949,43
TD DANTAS	21.set		760,13		25.189,30
51-7	21.set		31,67		25.157,63
TD DANTAS	21.set		872,74		24.284,89
51-7	21.set		36,36		24.248,53
TD DANTAS	21.set		1.072,64		23.175,89
51-7	21.set		56,46		23.119,43
TD DANTAS	21.set		459,70		22.659,73
51-7	21.set		24,20		22.635,53
RECEBIMENTO ICMS	26.set			508.412,74	531.048,27
CONSIG ITAU			102.651,00		428.397,27
				1.920.000,00	2.348.397,27
FOLPAG SET 2023	29.09		2.340.531,15		7.866,12
<b>Rendimentos</b>				1.141,80	9.007,92

Fonte: Tesouraria do município de Eusébio (set. 2023).

A seguir apresenta-se dados sobre os pagamentos do programa renda mínima.

#### 4.2 PAGAMENTOS DO PROGRAMA RENDA MÍNIMA: REGULAMENTADA PELA LEI MUNICIPAL 533/2005

O programa Renda Mínima é uma iniciativa valiosa da Prefeitura de Eusébio, destinada às pessoas que recebem uma renda mensal inferior a um salário mínimo. Criado com a finalidade de

atender às necessidades das famílias mais vulneráveis da região, esse programa desempenha um papel fundamental na promoção do bem-estar social e no desenvolvimento sustentável da comunidade.

Os principais objetivos do programa Renda Mínima são múltiplos e abrangentes. Em primeiro lugar, de acordo com busca-se estimular as famílias beneficiárias a colocarem e manterem suas crianças assíduas na escola. O acesso à educação é considerado um dos pilares para o progresso social e econômico, e ao incentivar a frequência escolar, o programa contribui para o desenvolvimento educacional das futuras gerações.

Outro objetivo crucial do programa é combater a desnutrição e a mortalidade infantil. A garantia de uma renda mínima permite que as famílias tenham condições básicas de alimentação e cuidados médicos, contribuindo para a redução da desnutrição e, conseqüentemente, para a diminuição da mortalidade infantil na região.

Além disso, o programa Renda Mínima tem como meta minimizar a miséria, proporcionando uma rede de segurança financeira para as famílias em situação de vulnerabilidade. Isso ajuda a garantir que as necessidades básicas, como alimentação, moradia e saúde, sejam atendidas.

A promoção do emprego e da geração de renda é outro objetivo importante do programa. *“Ao fornecer um suporte financeiro às famílias carentes, o programa contribui para que elas possam investir em oportunidades de trabalho e negócios, promovendo o desenvolvimento econômico local.”* (Secretária Executiva de Finanças).

Em resumo, o programa Renda Mínima na Prefeitura de Eusébio desempenha um papel crucial no fortalecimento da comunidade, visando a inclusão social, a educação, a nutrição, a redução da miséria e o estímulo à geração de renda. Trata-se de uma importante iniciativa para melhorar a qualidade de vida das famílias mais necessitadas e para construir um futuro mais promissor para a região.

*“O processo de lançamento de pagamentos dos beneficiários do programa Renda Mínima na Prefeitura de Eusébio ocorre de forma mensal e envolve uma colaboração direta entre a responsável pelo programa e a tesouraria”* (Tesoureiro). A seguir está uma descrição detalhada de como esse processo acontece:

- **Reunião Mensal:** no início de cada mês, a responsável pelo programa Renda Mínima agenda uma reunião com a Secretária Executiva de Finanças. Durante essa reunião, são discutidos os casos que surgiram durante o mês anterior e as ações necessárias para efetuar os lançamentos.
- **Lançamento por Remessa:** os pagamentos são processados por remessa, com datas de início e término definidas para cada beneficiário no sistema do Banco do Brasil, como parte do convênio estabelecido. Isso significa que os beneficiários têm um período específico para sacar seus valores.

- Problemas com Informações de Beneficiários: caso ocorra algum problema ou discrepância nas informações de um beneficiário que impeça o pagamento, a responsável pelo programa notifica imediatamente a tesouraria e a Secretária Executiva de Finanças. Em tais casos, é tomada a ação apropriada para corrigir as informações.
- Emissão de Cheque Nominal: se for necessário efetuar um pagamento fora do sistema convencional de remessa devido a problemas de informação de um beneficiário, a tesouraria emite um cheque nominal à pessoa, garantindo que o beneficiário receba o valor a que tem direito.

Registro no Excel: todo o processo de pagamento é devidamente registrado em uma planilha Excel dedicada à conta específica do benefício. Nessa planilha, são anotados o valor total destinado ao programa "Renda Mínima" no mês vigente. Além disso, quando ocorrem situações em que os beneficiários não estão em conformidade com as exigências do programa ou há divergências nas informações da remessa que impedem o pagamento eletrônico, são registrados os nomes das pessoas que receberão os cheques e o valor de cada cheque correspondente. Isso permite um controle preciso dos valores a serem pagos a cada beneficiário que, temporariamente, recebe por meio de cheque devido a circunstâncias específicas, garantindo a integridade das informações financeiras do programa. A planilha é atualizada mensalmente para refletir os valores e os beneficiários específicos do período em questão.

- Folha de Pagamento Mensal: a cada mês, é aberta uma nova aba na planilha Excel da folha de pagamento do programa "Renda Mínima", correspondente ao mês que está sendo trabalhado. Nessa nova aba, são realizados os ajustes mensais nos pagamentos, incluindo inclusões, exclusões e modificações nos valores ou informações pessoais dos beneficiários. Essa prática garante um controle organizado e preciso das informações financeiras do programa, mês a mês, ao mesmo tempo em que assegura que os pagamentos sejam efetuados de acordo com as circunstâncias específicas de cada mês.
- Auditoria e Controle: após a realização dos lançamentos e a atualização da folha de pagamento, a equipe responsável pela tesouraria e finanças realiza auditorias periódicas na planilha do Excel e na folha de pagamento para garantir a precisão dos registros e dos pagamentos efetuados.

*“Esse processo mensal assegura que o programa "Renda Mínima" funcione de maneira eficaz, atendendo às necessidades dos beneficiários e garantindo a integridade das informações financeiras.”* (Secretária Executiva de Finanças). A utilização da folha de pagamento para acompanhar todas as informações detalhadas dos beneficiários é uma prática que contribui para a eficiência e a transparência do programa, permitindo um controle rigoroso das informações financeiras. Além disso, o uso do sistema bancário facilita a gestão dos pagamentos.



Na Tabela 2, encontra-se uma planilha com informações detalhadas dos beneficiários do programa "Renda Mínima", registrada mês a mês, conforme mencionado anteriormente:

Tabela 2 - Folha de pagamento do programa Renda Mínima do Município de Eusébio – relação dos beneficiários – outubro de 2023

No.	Nome	Endereço	Complemento de Renda (R\$)	RG/ CPF
1	Adelania Monteiro da Silva	Fdos Sto. Antonio	670,00	XXXX
2	Aderlane Oliveira da Silva	Olho D'agua	500,00	XXXX
3	Adriana Alves Mota	Centro	800,00	XXXX
4	Adriana Gomes Lima	Parque Havai	720,00	XXXX
5	Adriana Kelly da Silva Lima	Jabuti	720,00	XXXX
6	Adriana Lima Dos Santos	Santo Antonio	720,00	XXXX
7	Aila Maria Rodrigues de Sousa	Jabuti	720,00	XXXX
8	Alan Barbosa de Oliveira	Coaçu	720,00	XXXX
9	Alane Queiroz da Silva	Jabuti	670,00	XXXX
10	Alba Nunes da Silva	Precabura	410,00	XXXX
11	Álcida Nunes da Silva	Precabura	995,00	XXXX
12	Aldeiza Pereira da Silva	Guaribas	470,00	XXXX
13	Aldenir Nunes da Silva	Precabura	570,00	XXXX
14	Alexandre da Silva Teodorio	Timbú	660,00	XXXX
15	Alexsandra Correia Cardoso	Urucunema	670,00	XXXX
16	Aline Barbosa Damasceno	Jabuti	660,00	XXXX
17	Aline Gomes de Melo	Mangabeira	620,00	XXXX
18	Aline Maria Almeida de Castro	Novo Portugal	118,00	XXXX
19	Aline Queiroz da Silva	Jabuti	520,00	XXXX
20	Alzelita Ferreira Chaves Bezerra	Parque Havai	670,00	XXXX
21	Ana Alice Alves da Silva	Jabuti	570,00	XXXX
22	Ana Alice da Silva	Centro	670,00	XXXX
23	Ana Carla Deodoro de Lima dos Santos	Trav. Rogério Cavalcante	660,00	XXXX
24	Ana Carla de Oliveira Pinto	Timbú	520,00	XXXX
25	Ana Carolina Maria da Guia	Novo Portugal	570,00	XXXX
26	Ana Célia Lopes Carvalho	Sto. Antonio	660,00	XXXX
27	Ana Claudia da Silva Evangelista	Mangabeira	670,00	XXXX
28	Ana Claudia Falcão Caetano	Pedras	670,00	XXXX
29	Ana Claudia Ferreira Silva	Olho D'água	570,00	XXXX
30	Ana Claudia Moura da Silva	Encantada	670,00	XXXX
31	Ana Cristina Façanha Vieira	Timbú	670,00	XXXX

Fonte: Tesouraria do Município de Eusébio (2023).

“Vale salientar que em outubro de 2023 o programa renda mínima possuía um total de 1127 beneficiários, sendo 84 pagos por cheques nominais assinados pelo tesoureiro e a secretaria executiva de finanças.” (Secretária Executiva de Finanças). Os demais são pagos por meio de remessa, como mencionado antes no processo de pagamento do "Renda Mínima".

Na Tabela 3, se pode observar o valor total da remessa e as pessoas que irão receber por meio de cheque, com seu devido valor e a data que o cheque foi compensado na conta, para que tenhamos um controle maior das informações do caixa daquela conta específica.

Tabela 3 - Controle bancário da conta referente ao Programa renda Mínima do Município de Eusébio – outubro de 2023

<b>34.485-0 – Saldo</b>				<b>744.157,32</b>
<b>Remessa</b>	<b>27/Out.</b>		<b>687.539,00</b>	<b>56.618,32</b>
Aline Gomes de Melo	852401	31/out	620	55.998,32
Aline Queiroz da Silva	403	17/nov	520	55.360,32
Ana Carla Deodoro de Lima dos Santos	404	01/nov	660	54.700,32
Ana Carla de Oliveira Pinto	405	07/nov	520	54.180,32
Ana Gabriela Ribeiro	406	31/out	410	53.770,32
Anderson Sousa da Costa	407		720	53.050,32
Andreina Marcos de Sousa	408	31/out	570	52.480,32
Angela Maria Soares Severo	409		110	52.370,32
Anisia de Souza Lima	410	31/out	720	51.650,32
Avelina da Silva Sousa	411	01/nov	360	51.290,32
Bruna Morais da Silva Costa	412	01/nov	570	50.720,32
Cintia da Silva	413	06/nov	360	50.360,32
Clauber Façanha Costa	414	01/nov	600	49.760,32
Claudia Xavier Costa	415	01/nov	620	49.140,32
Cristilene Machado da Silva	416	31/out	460	48.680,32
Danila Souza Ferreira	417		160	48.520,32
Edilene Alves dos Santos	418	06/nov	470	48.050,32
Edineia Lima da Silva	419	01/nov	570	47.480,32
Egimar Nunes da Silva	420		670	46.810,32
Eliana Ferreira da Silva	421	06/nov	310	46.500,32
Eliete Ferreira Cabral	422	01/nov	720	45.780,32
Elisangela Sousa Pires	423		600	45.180,32
Emilia Maria Rodrigues da Silva	424	31/out	670	44.510,32
Emilly Nascimento Ferreira	425	01/nov	520	43.990,32
Endel Mayke Almeida Pereira	426		570	43.420,32
Fabio Pereira da Silva	427	01/nov	520	42.900,32
Fernanda Valdelice Ferreira de Castro	428	01/nov	520	42.380,32
Francisca Audeneide Dantas da Silva	429	31/out	570	41.810,32
Francisca das Chagas de Lima	430	31/out	720	41.090,32
Francisca Eurilene Cruz de Melo	432	07/nov	670	40.420,32
Francisca Rebeca Alves Souza	433	31/out	720	39.700,32
Francisca Ribeiro Silva	434	07/nov	660	39.040,32
Gean Carlos Oliveira Mourao	435	14/nov	720	38.320,32
Geciliana de Almeida Pereira	436	31/out	670	37.650,32
Gilmara de Castro da Costa	437		620	37.030,32
Girlanny Ferreira da Costa Moura	438		570	36.460,32
Gisele Silva Cavalcante	439	07/nov	620	35.840,32
Heleni Soares Silva	440	31/out	520	35.320,32
Isabela Farias de Moura	461	13/nov	520	34.800,32
Izadora Santos da Silva	462	31/out	570	34.230,32
Jessica Gomes da Silva	463		520	33.710,32
Josenice Silva Mourão	464	31/out	620	33.090,32
Juliana Gomes da Silva	465	31/out	218	32.872,32
Juliana Greiciania Santos Ferreira	466	31/out	600	32.272,32
Juliana Virginia da Silva de Oliveira	467		360	31.912,32
Katiane Lima dos Santos	468	31/out	520	31.392,32
Loyslene Adriana da Silva	469	31/out	670	30.722,32
Lucas Mesquita de Melo	470	06/nov	600	30.122,32
Lucilania Almeida de Souza	471	31/out	570	29.552,32
Luiz Jorge da Silva	472	01/nov	720	28.832,32

Fonte: Tesouraria do Município de Eusébio (2023).

A seguir apresenta-se informações sobre os pagamentos do programa aluguel social.

### 4.3 PAGAMENTOS DO PROGRAMA ALUGUEL SOCIAL: REGULAMENTADA PELA LEI MUNICIPAL 545/2005 E 1.025/2011

Na Prefeitura de Eusébio, também está em vigor o Programa Aluguel Social, uma iniciativa regulamentada pelas Leis nr. 545 de 2005 e nr.1025 de 2011. Esse programa tem como objetivo atender às famílias de baixa renda do município devidamente cadastradas na Secretaria do Trabalho e Ação Social.

*“Atualmente, o Programa Municipal de Aluguel Social atende um total de 839 beneficiários, comprometendo-se a ajudar financeiramente as famílias carentes a arcar com o custo do aluguel de suas residências, bem como as despesas mensais de água e energia elétrica.”* (Tesoureiro). A Prefeitura se compromete a fornecer até metade de um salário mínimo para auxiliar com essas despesas, aliviando o fardo financeiro das famílias que se enquadram nos requisitos estabelecidos.

*“É importante ressaltar que, para permanecer no programa, as famílias beneficiárias devem continuar atendendo aos requisitos de elegibilidade. Aqueles que deixarem de cumprir esses requisitos posteriormente serão automaticamente desligados do Programa Aluguel Social.”* (Secretária Executiva de Finanças). Para garantir a transparência e a adequada utilização dos recursos, os beneficiários são obrigados a entregar comprovantes de pagamento das contas de aluguel, água e energia elétrica na Secretaria de Trabalho e Ação Social até o dia 20 do mês subsequente ao recebimento do benefício.

O Aluguel Social é concedido inicialmente por um prazo de 12 meses e pode ser renovado caso a família ainda mantenha o estado de necessidade que justificou a inclusão no programa. Dessa forma, o Programa Aluguel Social busca fornecer apoio essencial às famílias de baixa renda, auxiliando-as a manterem um ambiente de moradia adequado e digno ao longo do tempo.

O processo de pagamento do Aluguel Social em Eusébio ocorre de forma mensal e é conduzido de maneira coordenada para garantir que as famílias beneficiárias recebam o suporte necessário. Abaixo, descreve-se as principais ações desse processo:

- Responsável pelo Programa Aluguel Social: a responsável pelo programa realiza o acompanhamento das famílias beneficiárias durante o mês, verificando se elas atendem aos requisitos do programa.
- Comunicação com a Secretaria Executiva de Finanças: no mês seguinte, a responsável pelo programa entra em contato com a Secretaria Executiva de Finanças para informar a data em que comparecerá à tesouraria. Durante essa reunião, são efetuadas as mudanças necessárias nos beneficiários, como inclusões, exclusões e atualizações.
- Alimentação do Sistema no Banco do Brasil: todos os dados atualizados são inseridos no sistema do Banco do Brasil, onde a prefeitura possui convênio para processar os pagamentos.

- Anexação das Informações no Excel: após a conclusão da alimentação do sistema bancário, todas as informações são registradas em uma planilha Excel específica do Programa Aluguel Social. Esta planilha contém os dados detalhados sobre os beneficiários e seus respectivos valores de pagamento.
- Controle Bancário: além disso, outra planilha Excel é utilizada para controle bancário da conta específica do programa. Nessa planilha são registrados o valor geral da remessa bancária e os nomes das pessoas e os valores destinados àqueles que receberão pagamentos via cheque naquele mês.

Esses processos são essenciais para garantir a eficiência do Programa Aluguel Social em Eusébio, permitindo o acompanhamento mensal, atualizações necessárias nos beneficiários e o controle preciso dos recursos financeiros do programa. *“Isso assegura que as famílias de baixa renda recebam o suporte necessário de forma oportuna.”*, relata a Secretária Executiva de Finanças.

O controle desses processos também é feito por meio de tabelas de relação dos beneficiários e de controle bancário da conta específica com os valores da remessa e os beneficiários inclusos no cheque, assim como já demonstrado no Programa Renda Mínima.

*“Nas tabelas de controle desses processo é possível identificar as informações do processo de pagamento do programa Renda mínima e Aluguel social, com cada detalhe feito mês a mês e com o controle de todas as informações dos usuários beneficiados com os programas.”* (Secretária Executiva de Finanças). Nesse contexto, o Tesoureiro destaca que *“é notório o impacto desses programas junto a população do Eusébio, criando um município mais ativo na causa humana e voltado totalmente para a população.”*

As declarações da Secretária Executiva de Finanças e do Tesoureiro enfatizam a importância dos programas de assistência social no município de Eusébio. A Secretária aponta para a capacidade de rastrear e controlar detalhadamente cada pagamento e beneficiário dos programas Renda Mínima e Aluguel Social, o que sugere uma abordagem rigorosa e organizada da gestão financeira. Por outro lado, o Tesoureiro realça o impacto social dessas iniciativas, indicando que elas contribuem significativamente para a ativação da participação cívica e para o foco no bem-estar dos habitantes do município. Juntas, essas falas ressaltam a ligação entre uma gestão fiscal responsável e os benefícios sociais tangíveis para a comunidade.

#### 4.4 FOLHA DE PAGAMENTOS DO FUNCIONÁRIOS

O processo de pagamento da folha de pagamentos da prefeitura acontece mensalmente na última sexta-feira do mês. Inicia-se com o registro de dados dos funcionários pelo Departamento de Recursos Humanos (RH), onde são registradas informações como horas trabalhadas e outros dados relevantes. *“A grade da folha, que lista as contas de cada secretaria e os locais de trabalho dos*



*funcionários, é enviada ao setor de tesouraria para ser alimentada. A tesouraria garante que os valores corretos sejam alocados para cada secretaria e local.” (Tesoureiro).*

Em seguida, ocorre a transferência dos fundos das contas de cada secretaria para a conta da Folpag, com os valores correspondentes à folha de pagamento de cada secretaria. O RH insere as informações de cada funcionário no sistema bancário do Itaú, enquanto a tesouraria verifica e confirma os valores a serem pagos a cada colaborador.

A transferência dos fundos da conta Folpag para as contas individuais dos funcionários acontece com um prazo de D+1, conforme o contrato estabelecido entre a prefeitura e o Itaú. Em casos de divergências nas informações bancárias de algum funcionário, o RH e a tesouraria trabalham juntos para ajustar essas informações. Um novo arquivo de pagamento é enviado para garantir que todos os funcionários recebam seus salários corretamente.

O processo de pagamento também se estende aos benefícios, como bolsas de estudo, vale-alimentação e vale-transporte, que seguem um procedimento semelhante ao pagamento dos salários dos funcionários. Esse processo detalhado assegura que os funcionários da prefeitura recebam seus salários e benefícios de forma eficiente e dentro dos prazos estabelecidos.

Conforme pode-se observar nas Tabelas 4 e 5, o processo de pagamento da folha de pagamentos inicia-se com a recepção de documentos em formato Excel enviados pelo Departamento de Recursos Humanos (RH) para a tesouraria. Essas planilhas contêm informações sobre o valor de cada local de lotação e estão estruturadas de acordo com o tipo de vínculo de cada funcionário.

Após receber essas planilhas, a tesouraria realiza as devidas adaptações em sua própria planilha. Essas adaptações são essenciais para a alocação precisa de recursos, considerando a lotação, secretaria e tipo de vínculo de cada funcionário.

A colaboração entre o RH e a tesouraria desempenha um papel crucial nesse processo, assegurando que todos os dados estejam corretos antes do processamento final da folha de pagamento. Dessa forma, garante-se que os funcionários recebam seus salários de maneira precisa e dentro dos prazos estabelecidos. (Tesoureiro).

Milian (2023) destaca a natureza crítica da colaboração entre os departamentos de RH e finanças, enfatizando a importância de entender o papel de cada um e o propósito organizacional para garantir a alocação eficaz de recursos e o avanço dos objetivos organizacionais. Isso inclui o entendimento dos aspectos financeiros pelos profissionais de RH e as medidas de RH pelo financeiro, bem como o desenvolvimento de análises de força de trabalho e recursos compartilhados.



Tabela 4 - Grade fornecida pelo RH do Município de Eusébio – Outubro de 2023

Educação	Temp	Conta	Comissão	Conta	Efetivo	Conta	Pensão	Conta	Bolsista	Conta	Educação	Soma
FUNDEB 30		133.480-8	390.203,74	1.141-X	164.926,83	133.480-8	1.413,24	133.480-8			Educa 40	556.543,81
FUNDEB 70	243.658,05	33.480-4	3.101.445,83	33.480-4	1.672.828,51	33.480-4	8.950,47	33.480-4			Educa 60	5.026.882,86
SEC SEC			4.689,10									4.689,10
Ensino Infantil						33.480-4					Ensino Infantil	0,00
SEC EDUC ESPEC			40.943,23		33.237,43							74.180,66
<b>Total</b>	<b>243.658,05</b>		<b>3.537.281,90</b>		<b>1.870.992,77</b>		<b>10.363,71</b>		<b>-</b>		<b>TOTAL</b>	<b>5.662.296,43</b>
Saúde	Temp	Conta	Comissão	Conta	Efetivo	Conta	Pensão	Conta	Bolsista	Conta	Saúde	Soma
Hospital	55.149,95	58.041-4	52.984,37	17.582-X	224.653,60	1.154-1					Hospital	332.787,92
ADM	13.314,20	17.582-X	161.650,55	17.582-X	113.413,65	1.154-1					ADM	288.378,40
PSF	259.375,56	58.040-6	253.820,95	17.582-X	260.982,57	1.154-1					PSF	774.179,08
Reabilitação	13.552,99	58.041-4	9.111,85	17.582-X	54.408,97	1.154-1					Reabilitação	77.073,81
CAPS	15.184,63	58.041-4	40.686,53		89.785,58	1.154-1					CAPS	145.656,74
CEO		58.041-4	10.695,17	17.582-X	50.774,65	1.154-1					CEO	61.469,82
Endemias	4.181,52	12.146-0	30.577,64	17.582-X	126.771,60	12.146-0					Endemias	161.530,76
PACS					114.925,20	58.040-6					PACS	114.925,20
Policlínica	1.609,72		59.109,69		41.375,90						Policlínica	102.095,31
NASF	4.181,51		28.694,92		19.214,82					17.582-X	NASF	52.091,25
EMAD			1.961,51								EMADE	1.961,51
ADM Especial			13.576,52								ADM Especial	13.576,52
COVID-Hospital	15.598,39										COVID-Hospital	15.598,39
COVID-SESA	2.574,56		8.233,68								COVID-SESA	10.808,24
COVID-Básica	13.091,95		26.881,97								COVID-Básica	39.973,92
Pensão							7.015,69				Pensão	7.015,69
<b>TOTAL</b>	<b>397.814,98</b>		<b>697.985,35</b>		<b>1.096.306,54</b>		<b>7.015,69</b>		<b>-</b>		<b>Total</b>	<b>2.199.122,56</b>
Ação social	Temp	Conta	Comissão	Conta	Efetivo	conta	Pensão	Conta	Bolsista	Conta	Ação Social	Soma
Secretaria		27.849-1	104.834,78	27.849-1	26.711,42	27.849-1	1.513,33	27.849-1			SEC SEC.	133.059,53
Sentinelas											Sentinelas	0,00
Apoio ao Idoso		31.289-4	10.156,72	31.289-4	14.435,69						Apoio ao Idoso	24.592,41
Conselho			17.631,37	27.849-1		27.849-1					Conselho	17.631,37
SUAS - F		37.914-X									SUAS - F	0,00
SUAS			3.651,78							27.849-1	SUAS	3.651,78
CRAS			49.502,18		7.505,51						CRAS	57.007,69
CRAS F											CRAS F	0,00
COVID-SDS BASICA			1.886,09		22.246,68						COV-BASICA	24.132,77
COVIS-SDS ESPEC											COVID-ESP	0,00
CREAS			15.601,97		4.137,49						CREAS	19.739,46
CREAS F					2.266,22						CREAS F	2.266,22



<b>TOTAL</b>	-		<b>203.264,89</b>		<b>77.303,01</b>		<b>1.513,33</b>		-		<b>TOTAL</b>	<b>282.081,23</b>
--------------	---	--	-------------------	--	------------------	--	-----------------	--	---	--	--------------	-------------------

Fonte: RH da Prefeitura do Município de Eusébio (2023).

Tabela 5 - Planilha Folpag da tesouraria, alimentada de acordo com as informações do RH – Outubro de 2023

Educação	Temp	Conta	Comissão	Conta	Efetivo	Conta	Pensão	Conta	Bolsista	Conta	Educação	Soma
Educa 30	-	63.213-9	390.203,74	63.213-9	164.926,83	63.213-9	1.413,24				Educa 30	556.543,81
Educa 70	243.658,05	62.927-8	3.101.445,83	62.927-8	1.672.828,51	62.927-8	8.950,47				Educa 70	5.026.882,86
SEC SEC		64-9	4.689,10	64-9	-	64-9					Secretaria	4.689,10
Ensino Infantil						62.927-8					Ensino Infantil	0,00
Sec Educ Especial	-		40.943,23		33.237,43				-	64-9	Sec Educ Especial	74.180,66
<b>Total</b>	<b>243.658,05</b>		<b>3.537.281,90</b>		<b>1.870.992,77</b>		<b>10.363,71</b>				<b>Total</b>	<b>5.662.296,43</b>
<b>63.213-9</b>	<b>0,00</b>											
<b>62.927-8</b>	<b>3.501.063,52</b>		<b>36.254,13</b>									
<b>64-9</b>	<b>2.161.232,91</b>											
	<b>5.662.296,43</b>											

Saúde	Temp	Conta	Comissão	Conta	efetivo	conta	Pensão	Conta	Bolsista	Conta	Saúde	Soma
Hospital	55.149,95	624.003-0	52.984,37	84-3	224.653,60	84-3					Hospital	332.787,92
ADM	13.314,20	84-3	175.227,07	84-3	113.413,65	84-3	7.015,69	84-3	-	84-3	ADM	308.970,61
PSF	259.375,56	624.001-3	253.820,95	84-3	260.982,57	624.001-3					PSF	774.179,08
Reabilitação	13.552,99	624.003-0	9.111,85	84-3	54.408,97	84-3					Reabilitação	77.073,81
CAPS	15.184,63	624.003-0	40.686,53	84-3	89.785,58	84-3			-	84-3	CAPS	145.656,74
CEO	-	624.003-0	10.695,17	84-3	50.774,65	84-3					CEO	61.469,82
Endemias	4.181,52	624.004-8	30.577,64	84-3	126.771,60	624.004-8					Endemias	161.530,76
PACS	-	624.001-3	-	84-3	114.925,20	624.001-3					PACS	114.925,20
POLICLINICA	1.609,72	624.001-3	59.109,69	84-3	41.375,90	624.001-3					POLICLINICA	102.095,31
NASF	4.181,51	624.001-3	28.694,92		19.214,82	624.001-3					NASF	52.091,25
EMADE	-	624.001-3	1.961,51		-	624.001-3					EMADE	1.961,51
COVID-Hosp	15.598,39			84-3								15.598,39
COVID-SESA	2.574,56		8.233,68									10.808,24
COVID-ATBAS	13.091,95		26.881,97									39.973,92
<b>Total</b>	<b>397.814,98</b>		<b>697.985,35</b>		<b>1.096.306,54</b>		<b>7.015,69</b>				<b>Total</b>	<b>2.199.122,56</b>

70.042-8 ATBAS	-0,00											
70.042-8 MAC	-											
110-6	-											
70.042-8 END	-											
70.042-8 COVI HOSP	-											
70.042-8 COVID SESA	-											
70.042-8 COVID BASICA	-											



84-3	2.199.1 22,56												
	<b>2.199.1 22,56</b>												
<b>Ação social</b>	<b>Temp</b>	<b>Conta</b>	<b>Comiss</b>	<b>Conta</b>	<b>efetivo</b>	<b>conta</b>	<b>Pensão</b>	<b>Conta</b>	<b>Bolsista</b>	<b>Conta</b>	<b>Ação social</b>	<b>Soma</b>	
Secretaria	-	76-2	104.834,7 8	76-2	26.711,42	76-2	1.513,3 3	76-2			SEC SEC.	133.059 ,53	
SUAS	-	76-2	3.651,78								SUAS	3.651,7 8	
Apoio ao Idoso	-	76-2	10.156,72	76-2	14.435,6 9	76-2					Apoio ao Idoso	24.592, 41	
Conselho	-	76-2	17.631,37	76-2		76-2					Conselho	17.631, 37	
Projovem	-	50.072- 0	-			50.07 2-0					Projovem	0,00	
CRAS	-	76-2	49.502,18	76-2	7.505,51	76-2			-	76-2	CRAS	57.007, 69	
CRAS FED		50.064- X		76-2	-	50.06 4-X					CRAS FED	0,00	
SUAS FED	-	60.864- 8	-								SUAS F	0,00	
CREAS	-	76-2	15.601,97		4.137,49	76-2					CREAS	19.739, 46	
CREAS FED		62.444-			2.266,22	62.44 4-					CREAS FED	2.266,2 2	
COVID SDS BAS	-		1.886,09		22.246,6 8							24.132, 77	
COVID SDS Especial	-	66.680- 7			-						COVID Especial	0,00	
<b>Total</b>	<b>-</b>		<b>203.264,8 9</b>		<b>77.303,0 1</b>	<b>-</b>	<b>1.513,3 3</b>	<b>-</b>			<b>Total</b>	<b>282.081 ,23</b>	
76-2	279.815 ,01												
60.864-5	0,00												
59.225-0	0,00												
62.444-6	2.266,2 2												
59.225-0 COVID	0,00												
62.444-6 COVID	0,00												
	<b>282.081 ,23</b>												
<b>Fundo geral</b>	<b>Temp</b>	<b>Conta</b>	<b>Comissão</b>	<b>Conta</b>	<b>Efetivo</b>	<b>Conta</b>	<b>Pensão</b>	<b>Conta</b>	<b>Bolsista</b>	<b>Conta</b>	<b>Fundo geral</b>	<b>Soma</b>	
SEC. GABINETE	4.275,2 4	61-4	169.435,9 2	61-4	66.584,9 8	61-4	2.029,6 0		-		SEC. GABINETE	242.325 ,74	
Procuradoria		61-4	79.696,96	61-4	20.534,8 9	61-4			-		Procuradori a	100.231 ,85	
Corregedoria		61-4	17.213,42		8.403,53 63.569,4 7						Corregedori a	25.616, 95	
Finanças			88.820,79	45-2		45-2					Finanças	152.390 ,26	
ART. Política			27.809,94	61-4	-						Art. Política	27.809, 94	
Comunicação	-		30.050,03	61-4	-						Comunicaçã o	30.050, 03	
OBRAS	65.254, 56	56-8	133.537,3 5	56-8	42.453,5 6	56-8	2.885,6 2				Obras	244.131 ,09	
Segurança Pública	1.915,5 2	63-0	76.570,16	63-0	27.428,9 0	63-0	21.033, 60		-		SegurançaP ública	126.948 ,18	
GUARDA					524.842, 64	63-0					GUARDA	524.842 ,64	
GOVERNO	6.520,9 0	62-2	119.097,0 9	62-2	89.533,2 6	62-2	1.219,9 5		-		GOVERNO	216.371 ,20	
Controladoria	2.165,8 6		34.674,99	61-4	21.475,5 5	61-4					Controlador ia	58.316, 40	
DEP ESPORT	-	58-4	154.978,1 1	58-4	11.511,57	58-4	1.897,3 6		-		DEP ESPORT	168.387 ,04	
DEP CULTURA		59-2	180.496,5 4	59-2	18.682,3 3	59-2	909,92		-		DEP CULTURA	200.088 ,79	
AUT MEIO AMBIENTE		69-0	93.407,43	69-0	43.047,1 7	52.04 0-3			-	69-0	AUT MEIO AMB	136.454 ,60	



AUT Trânsito	-	73-9	109.299,46	73-9	115.266,32	73-9	-				AUT Trânsito	224.565,78
TRAB, EMP E REND			14.631,13								TRAB, EMP E REND	14.631,13
<b>Total</b>	<b>80.132,08</b>		<b>1.329.719,32</b>		<b>1.053.334,17</b>		<b>29.976,05</b>				<b>Total</b>	<b>2.493.161,62</b>
58-4 (ESP)	168.387,04										<b>Total Geral</b>	<b>10.636.661,8</b>
59-2 (CULT)	200.088,79										<b>Total Bolsistas</b>	
45-2 (DIV)	152.390,26											
61-4 (GAB)	426.034,51											
62-2 (GOV)	216.371,20											
56-8 (OBRAS)	244.131,09											
63-0 (SEG PUBL)	651.790,82											
71.005-0 (CONTR)	58.316,40											
71.098-0 (TRAB,EMP E REND)	14.631,13											
<b>Total</b>	<b>2.132.141,24</b>											
73-8 (AMT)	224.565,78											
69-0 AMMA	136.454,60											
<b>Total</b>	<b>2.493.161,20</b>											

Fonte: RH da Tesouraria do Município de Eusébio (2023).

#### 4.5 PAGAMENTO DE INSS E IPME

O processo de pagamento do INSS da prefeitura de Eusébio é um fluxo de trabalho contínuo que começa com o recebimento das guias do INSS da empresa GHM. Essas guias contêm detalhes das contribuições do servidor e da parte patronal, separadas por secretaria ou departamento.

Uma vez recebidas as guias, a equipe da contabilidade lança esses dados no sistema da prefeitura, assegurando que os valores sejam registrados com precisão e alocados de acordo com cada secretaria. Em seguida, as informações lançadas no sistema são enviadas para a tesouraria da prefeitura, onde são registradas em planilhas para um acompanhamento detalhado. Simultaneamente, a equipe verifica se há fundos suficientes nas contas da prefeitura para cobrir as contribuições do INSS de cada secretaria.

Para garantir a precisão dos valores, a tesouraria compara as informações do processo com a grade do INSS enviada pela GHM, identificando quaisquer discrepâncias ou erros nos valores a serem pagos a cada secretaria. Se necessário, a tesouraria realiza transferências de fundos entre as contas da prefeitura para garantir que haja dinheiro disponível para o pagamento do INSS de cada secretaria.

O pagamento dos boletos ocorre em duas etapas: primeiro, um funcionário insere os dados dos boletos no sistema bancário da Caixa Econômica Federal; em seguida, outra pessoa confirma individualmente cada boleto para efetuar o pagamento. No mesmo período em que ocorre o processo de pagamento do INSS dos funcionários municipais, a equipe de contabilidade também realiza a

avaliação das informações das notas fiscais das empresas fornecedoras. Isso inclui a verificação de competência e data de emissão para a geração das guias de pagamento do INSS das empresas.

Em paralelo, os processos das empresas e as guias de pagamento seguem para a Controladoria do município de Eusébio, onde são submetidos a uma análise minuciosa. Durante essa análise, a Controladoria verifica a conformidade dos processos, acrescentando documentação adicional, como certidões e *checklists* do setor. O processo das empresas pode resultar em duas situações: 1) se o processo estiver totalmente correto e todos os documentos estiverem em ordem, a guia de pagamento do INSS é paga imediatamente, juntamente com o processo; 2) no caso de o processo não estar em conformidade ou estar próximo à data de vencimento da guia de pagamento, a guia é encaminhada para a tesouraria. Nesse sentido, Momot (2021) destaca que promover a transparência é essencial para aumentar a responsabilidade da gestão no setor público, sendo uma das principais defesas contra a corrupção, por exemplo.

Na tesouraria, o pagamento da guia de INSS das empresas é efetuado após a análise das informações, como a fonte de recurso e a secretaria à qual a guia está, para que sejam registradas em uma planilha do Excel e em seguida o pagamento seja feito na conta específica daquele processo. Simultaneamente, uma cópia do comprovante de pagamento é enviada à Controladoria e anexada ao processo correspondente.

*“É fundamental lembrar que tanto o pagamento do INSS dos servidores municipais quanto o das empresas deve ser concluído até o dia 20 do mês subsequente à competência das contribuições do INSS”*, destaca o Tesoureiro. Essa abordagem assegura que todas as obrigações previdenciárias sejam cumpridas de maneira eficaz e dentro dos prazos legais, garantindo o correto funcionamento do sistema previdenciário do município de Eusébio e mantendo registros adequados para fins de controle financeiro e auditoria.

Após detalhar o processo minucioso de pagamento do INSS, é fundamental também abordar o procedimento relacionado ao Instituto de Previdência Municipal de Eusébio (IPME), responsável pelas contribuições previdenciárias dos servidores municipais. Embora ambos os processos tenham suas especificidades, eles compartilham a importância de garantir a correta alocação dos recursos e o cumprimento das obrigações previdenciárias.

O IPME, ou Instituto de Previdência Municipal de Eusébio, desempenha um papel fundamental na garantia da previdência dos servidores públicos municipais. O processo de pagamento das guias de IPME é cuidadosamente coordenado para assegurar que os recursos sejam alocados de maneira eficiente e em conformidade com as obrigações previdenciárias.

O vencimento das guias de IPME ocorre no décimo dia útil do mês subsequente à emissão da folha de pagamento dos funcionários municipais. O IPME, responsável por administrar essas



contribuições, envia as guias à contabilidade do município. Essas guias são acompanhadas de uma grade informativa detalhada, que descreve o valor devido por cada secretaria.

A grade fornecida pelo IPME é especialmente útil, pois segmenta os valores em várias categorias. Isso inclui a parte patronal, que é subdividida em "capitalizada" e "financeira", e a parte relacionada aos servidores, igualmente dividida entre "capitalizada" e "financeira". Essa categorização detalhada ajuda a garantir a correta alocação dos recursos. Na sequência do processo, o profissional responsável na contabilidade assume a tarefa de empenhar e liquidar cada guia, realizando essa operação de acordo com a secretaria correspondente. É também sua responsabilidade anexar toda a documentação relevante ao processo.

Uma vez que esse estágio é concluído, as guias são encaminhadas à tesouraria, onde são organizadas por secretaria e subdivididas de acordo com a categorização mencionada anteriormente. A ordem de prioridade segue uma lógica que facilita o pagamento eficiente. Geralmente, a sequência é patronal capitalizado, servidor capitalizado, patronal financeiro e servidor financeiro.

É de extrema importância que todos os processos sejam minuciosamente verificados para garantir que o valor do pré-pagamento corresponda ao montante indicado na grade fornecida pelo IPME. Qualquer discrepância deve ser identificada e corrigida. Em seguida, o tesoureiro assume a responsabilidade de realizar a primeira parte das transferências. As contas bancárias especificadas nas guias são cuidadosamente observadas para garantir que os recursos sejam direcionados corretamente.

Uma vez que as transferências foram realizadas, a verificação continua para confirmar a exatidão do valor adicionado pelo tesoureiro. Essa etapa é essencial e inclui a validação com uma segunda assinatura para assegurar a precisão financeira do processo.

Finalmente, um comprovante de pagamento é anexado ao processo, e a baixa no sistema é efetuada. Esse procedimento rigoroso garante que a previdência dos servidores municipais seja devidamente financiada e que todas as obrigações previdenciárias sejam cumpridas dentro dos prazos estabelecidos. Além disso, mantém registros detalhados e precisos para fins de controle financeiro e auditoria.

#### 4.6 CONCILIAÇÃO E ENCERRAMENTO DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

O processo de encerramento financeiro na Prefeitura de Eusébio é um procedimento contínuo e crucial para garantir a integridade dos registros financeiros. Diariamente, à medida que os pagamentos são efetuados, eles são registrados em uma planilha do Excel. Esses registros contêm informações detalhadas, como o nome do beneficiário, o valor do pagamento e a data da transação.

Após a efetivação dos pagamentos, essas informações são inseridas diretamente no sistema contábil da prefeitura para atualizar os registros financeiros oficiais. Isso inclui lançar os detalhes de cada pagamento no sistema, garantindo que os registros estejam atualizados e precisos.

No final de cada mês, a equipe de contabilidade realiza a conciliação financeira. Nesse processo, eles comparam o extrato bancário com os dados no sistema contábil para garantir que todas as transações estejam em conformidade. Qualquer divergência ou erro é identificado e corrigido durante essa etapa. Durante a conciliação mensal, a equipe de contabilidade também pode entrar em contato com os responsáveis pelos pagamentos para esclarecer dúvidas ou resolver discrepâncias nas informações registradas.

Se necessário, a tesouraria da prefeitura faz ajustes nos registros financeiros para corrigir informações que não estejam em conformidade com o esperado. Esses ajustes podem incluir correções de erros, lançamento de informações ausentes ou qualquer outra correção necessária para manter a precisão dos registros financeiros.

Esse processo contínuo de encerramento financeiro é fundamental para a gestão eficaz das finanças municipais, garantindo que os registros financeiros estejam sempre atualizados e precisos, contribuindo para a transparência e o cumprimento das obrigações legais de prestação de contas.

Mesmo com todo os esforços para a execução eficaz das atividades listadas, o Tesoureiro destaca que ainda enfrentam desafios.

Na Tesouraria, enfrenta-se um desafio significativo. Após efetuarmos os pagamentos, ainda executamos um trabalho manual extenso. Esse processo envolve a inserção individual de cada processo no sistema contábil e, em seguida, a anexação de documentos, como a nota de pagamento e a capa do processo. Essa tarefa adicional sobrecarrega nossa equipe e consome muito tempo. Além disso, vale ressaltar que duas pessoas não conseguem adicionar os processos do dia ao mesmo tempo, pois isso resulta na mistura dos números de documento, prejudicando o andamento eficaz do processo. É necessário encontrar maneiras de tornar esse processo mais eficiente e evitar conflitos de numeração. (Tesoureiro).

A fala do Tesoureiro destaca um desafio operacional na Tesouraria: a necessidade de executar tarefas manuais extensas após a realização dos pagamentos. O processo descrito envolve inserções individuais no sistema contábil e anexação de documentos, o que é uma carga adicional para a equipe e consome tempo valioso. Além disso, o Tesoureiro aponta problemas de eficiência, como a incapacidade de duas pessoas trabalharem simultaneamente devido a conflitos na numeração dos documentos, o que pode levar a erros e ineficiências. É evidente a necessidade de otimizar e modernizar o processo para aumentar a eficiência e reduzir o potencial para erros. Isso poderia incluir a implementação de um sistema contábil mais robusto que permita inserções múltiplas simultâneas e uma melhor gestão de documentos para evitar sobreposição de numeração e maximizar a produtividade da equipe.

A análise das declarações do Tesoureiro pode ser aprofundada e corroborada pelo artigo intitulado "Digital Automation Drives Future of Treasury Management" do PNC Insights (2023). Este artigo ressalta os desafios operacionais de processos manuais ineficientes nas operações de tesouraria,



levando muitas empresas a considerar a automação digital como uma solução para melhorar a eficiência, gerenciar custos, criar visibilidade e melhorar as relações com fornecedores

David Enick, do grupo de soluções de tesouraria da PNC, sugere que os CFOs e líderes de tesouraria devem focar em três áreas chave para a automação: entender o estado atual dos processos manuais, avaliar soluções e projetar um estado futuro e focar em impulsionar o desempenho dos negócios, identificando áreas para automação com base nos maiores retornos (PNC Insights, 2023).

## 5 CONCLUSÃO

A análise abrangente dos processos financeiros da Prefeitura de Eusébio revelou uma notável conformidade legal e um compromisso sólido com a transparência em todas as operações. Cada etapa, desde a emissão da nota fiscal até o pagamento ao fornecedor, é conduzida de acordo com as diretrizes estabelecidas pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e outros regulamentos legais. Isso não apenas garante a legalidade das operações financeiras, mas também reforça a confiança da comunidade local na administração pública.

A eficácia desse processo é refletida no impacto positivo na comunidade de Eusébio. A clareza das informações financeiras permite que os munícipes compreendam como seus impostos e contribuições são gerenciados e investidos em serviços públicos essenciais. Isso cria um senso de confiança e envolvimento, pois os cidadãos têm uma visão transparente de como a gestão pública beneficia suas vidas cotidianas.

A análise de resultados também destaca a importância de continuar aprimorando os processos financeiros em toda a Prefeitura de Eusébio. As lições aprendidas ao longo desse processo de análise podem ser usadas para identificar áreas de melhoria e eficiência em todas as etapas dos processos financeiros. O município de Eusébio está comprometido em continuar aperfeiçoando suas práticas de gestão financeira, buscando constantemente maneiras de servir melhor à comunidade e fortalecer a confiança no governo local.

É importante observar que a Prefeitura de Eusébio, como parte de sua busca contínua por aprimoramento, tem passado por um processo significativo de transição de processos físicos para o meio digital. Essa atualização tecnológica visa modernizar e otimizar a gestão administrativa e financeira. No entanto, essa transição não está isenta de desafios, e um dos principais é a adaptação de todos os setores a esse novo cenário.

A mudança de processos físicos para digitais pode, inicialmente, gerar desconforto e desafios operacionais. É natural que haja um período de adaptação, durante o qual os funcionários e os sistemas precisam se ajustar à nova realidade. Durante essa fase, é crucial investir em treinamento e capacitação para garantir que todos os membros da equipe estejam familiarizados com as ferramentas digitais e se sintam confortáveis com o novo ambiente de trabalho.



No entanto, uma vez superada essa fase de transição, a automação e a digitalização dos processos tendem a trazer benefícios significativos. Isso inclui maior eficiência operacional, redução de erros, acesso mais rápido às informações e maior transparência. Além disso, a gestão de documentos e dados em formato digital pode simplificar a rastreabilidade e o controle de informações, tornando os processos mais ágeis e eficazes.

A Prefeitura de Eusébio, ao enfrentar esses desafios de transição para o digital, está pavimentando o caminho para uma gestão mais moderna e eficiente. À medida que a adaptação ocorre e os sistemas se tornam cada vez mais automatizados, espera-se que os benefícios dessa mudança se tornem ainda mais evidentes, contribuindo para uma administração pública ainda mais eficaz e transparente.

Desta forma, conclui-se os processos financeiros adotados pela Prefeitura de Eusébio demonstra um compromisso robusto com a legalidade e a transparência, seguindo rigorosamente a Lei de Responsabilidade Fiscal e outros regulamentos. Isso não só assegura a conformidade das operações financeiras, mas também fortalece a confiança dos cidadãos no governo local. Ao mesmo tempo, a Prefeitura está em um momento de transição significativa, migrando do físico para o digital, um passo que, apesar de desafiador, promete eficiência operacional aprimorada e maior transparência através da automação e digitalização.

Assim, este estudo contribuiu para a compreensão das práticas de gestão da tesouraria e dos desafios enfrentados pela tesouraria do município de Eusébio. As lições aprendidas fornecem um caminho para a melhoria contínua, reforçando o compromisso do município com a prestação eficaz de serviços e a responsabilidade fiscal.

Futuras pesquisas podem explorar o impacto a longo prazo da digitalização nos processos financeiros do setor público, avaliar a eficácia das estratégias de treinamento durante transições tecnológicas e desenvolver métricas para medir a confiança pública na gestão financeira após a implementação de novas tecnologias. Estes estudos poderiam fornecer insights adicionais para outros municípios em fases similares de transformação digital.



## REFERÊNCIAS

ABRUCIO, Fernando Luiz. LOUREIRO, Maria Rita. Finanças Públicas, Democracia e Accountability: Debate teórico e o caso brasileiro. Disponível em: < <http://www.ufpa.br/epdir/images/docs/paper12.pdf>>. Acesso em: 15 out. 2023.

ANZUINI, A.; ROSSI, L.; TOMMASINO, P. (2020). Fiscal policy uncertainty and the business cycle: Time series evidence from Italy. *Journal of Macroeconomics*, v.65, n.103238, 2020. <https://doi.org/10.1016/j.jmacro.2020.103238>

APO – Assessoria Pública Organizacional. e-Book – A Tesouraria no Âmbito Municipal. São Paulo, 2023. Disponível em: <https://materiais.assessoriapublica.com.br/ebook-tesouraria-municipal>. Acesso em: 10 nov. 2023.

ANDRADE, N. A. Contabilidade Pública na Gestão Municipal. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2018.

AURSLAND, T. A.; FRANKOVIC, I.; KANIK, B.; SAXEGAARD, M. State-dependent fiscal multipliers in NORA – A DSGE model for fiscal policy analysis in Norway. *Economic Modelling*, v. 93, p. 321-353, 2020. <https://doi.org/10.1016/j.econmod.2020.07.017>

BARDIN, L. Análise de Conteúdo. São Paulo: Edições 70, 2016.

BENBASAT, I.; GOLDSTEIN, D. K.; MEAD, M. The Case Research Strategy in Studies of Information Systems. *MIS Quarterly*, v. 23, p. 369-391, 1987. <https://doi.org/10.2307/248684>

BOGONI, N.; HEIN, N.; BEUREN, I. Análise da relação entre crescimento econômico e gastos públicos nas maiores cidades da região Sul do Brasil. *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, v. 45, n. 1, p. 159-79, jan./fev. 2012.

CAMPOS, M. L. S.; PEREIRA JÚNIOR, L. H. T. O orçamento público e sua flexibilização, através dos créditos adicionais como política pública. *Semina-Revista dos Pós-Graduandos em História da UPE*, v. 22, n. 3, p. 78-94, 2023.

CHORNOVOL, A.; TABENSKA, J.; TOMNIUK, T.; PROSTEBI, L. Public finance management system in modern conditions. *Investment Management and Financial Innovations*, v. 17, n. 4, 2020.

CHRISPINO, A. Introdução ao estudo das políticas públicas: uma visão interdisciplinar e contextualizada. Rio de Janeiro: FGV, 2016.

CRUZ, N. F.; MARQUES, R. C. Revisiting the determinants of local government performance. *Omega*, v. 44, p. 91-103, abr. 2014.

DENHARDT, R. B. Teorias da Administração Pública. São Paulo: Cengage Learning, 2012.

DINIZ, J. A.; MACEDO, M. A. DA S.; CORRAR, L. J. Mensuração da eficiência financeira municipal no Brasil e sua relação com os gastos nas funções de governo. *Gestão & Regionalidade*, v. 28, n. 83, ago. 2012.

FONSECA, U. J.; SOUZA, J. F. A. A gestão ambiental no orçamento municipal. *Anais do Encontro Mãos de Vida*, v. 5, n. 1, 2019.



GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GITMAN, L. J. Princípios de Administração Financeira - Tradução Allan Vidigal Hastings. 12. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2010.

GUIMARÃES, L. A.; OLIVEIRA, Ana F. F. B. A Importância da Formação em Gestão Pública Municipal para os Gestores Públicos no Exercício de suas Funções. *Revista de psicologia*, v. 13, n. 45, p. 356-372, 2019.

LEEPER, E. M.; LEITH, C.; LIU, D. Optimal Time-Consistent Monetary, Fiscal and Debt Maturity Policy. *Journal of Monetary Economics*. 2020. <https://doi.org/10.1016/j.jmoneco.2020.03.015>

LEITE FILHO, G. A. et al. Relação entre a qualidade da gestão fiscal e a transparência dos municípios brasileiros. *Cadernos Gestão Pública e Cidadania*, v. 23, n. 76, 19 dez. 2018.

LEITE FILHO, G. A.; FIALHO, T. M. M. Relação entre indicadores de gestão pública e de desenvolvimento dos municípios brasileiros. *Cadernos Gestão Pública e Cidadania*, v. 20, n. 67, 2015.

MARFATIA, H.A.; GUPTA, R.; MILLER, S. 125 Years of time-varying effects of fiscal policy on financial markets. *International Review of Economics and Finance*, v.70, p. 303-320, 2020. <https://doi.org/10.1016/j.iref.2020.07.011>.

MAYRING, Philipp. Qualitative Content Analysis. *Forum: Qualitative Social Research*, [S. l.], v. 1, n. 2, 2000.

MILIAN, V. How the Collaboration Between HR and Finance Can Improve Business. ADP, 2023. Disponível em: <https://www.adp.com/spark/articles/2018/12/how-the-collaboration-between-hr-and-finance-can-improve-business.aspx>. Acesso em: 20 nov. 2023.

MOMOT, Tetiana et al. Internal auditing in the public sector: issues of risks compliance application. *Academy of Accounting and Financial Studies Journal*, v. 25, n. 3, p. 1-9, 2021.

MOTTA, P. R. M. O estado da arte da gestão pública. *Revista de Administração de Empresas*, v. 53, n. 1, p. 82-90, fev. 2013.

NARDONE, José Paulo. Sustentabilidade e a gestão pública municipal. *Cadernos*, v. 1, n. 3, p. 33-38, 2019.

NASCIMENTO, Ingrid Cristine Rodrigues et al. Plano Plurianual com Densidade Macroestratégica na Gestão Pública Municipal: descrição e análise do processo de elaboração do PPA do município de Osasco (2018-2021). *Teoria e Prática em Administração*, v. 10, n. 1, p. 12-24, 2020.

OLIVEIRA, A. R. V.; CABRAL, B. R.; CHAGAS, M. J. R. Gestão pública e transparente à luz da lei de responsabilidade fiscal: uma análise nos municípios da região Crajubar no período de 2012 a 2015. *Revista Ambiente Contábil-Universidade Federal do Rio Grande do Norte-ISSN 2176-9036*, v. 12, n. 2, p. 219-235, 2020.

OLENSCKI, A. R. B.; COELHO, F. S.; PIRES, V. A.; TERENCE, A. C. F.; PERES, U. D. Densidade Macroestratégica na Gestão Pública Municipal no Brasil: Uma Abordagem analítico-metodológica de PPA's e de variáveis político-administrativas. *RACE: Revista de Administração, Contabilidade e Economia*, v. 16, n. 3, p. 911-932, 2017.



PATTON, M. Q. Qualitative research and evaluation and methods. 3. ed. Beverly Hills, CA: Sage, 2001.

PNC Insights. Digital Automation Drives Future of Treasury Management. PND, 2023. Disponível em: <https://www.pnc.com/insights/corporate-institutional/maximize-cash-flow/digital-automation-drives-future-of-treasury-management.html> Acesso em: 20 nov. 2023.

POLLITT, C. A integração da gestão financeira e da gestão por desempenho - Traduzido por René Loncan. Revista do Serviço Público, v. 50, n. 4, p. 48–80, 2014.

RAMOS, M.; SCHABBACH, L. O estado da arte da avaliação de políticas públicas: conceituação e exemplos de avaliação no Brasil. Revista de Administração Pública, Rio de Janeiro, v. 46, n. 5, p. 1271-94, set./out. 2012.

RICHARDSON, R. J. Pesquisa Social: métodos e técnicas. São Paulo: Atlas, 2017.

ROGERS, R.; GUMUCHDJIAN, P. Cidades para um Pequeno Planeta. Barcelona: GG, 2008.

SANTOS, C. S. Introdução à Gestão Pública. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

SCARPIN, J. E.; SLOMSKI, V. Estudo dos fatores condicionantes do índice de desenvolvimento humano nos municípios do estado do Paraná: instrumento de controladoria para a tomada de decisões na gestão governamental. Revista de Administração Pública, Rio de Janeiro, v. 41, n. 5, p. 909-33, set./out. 2007.

SECCHI, Leonardo. Análise de políticas públicas: diagnóstico de problemas, recomendações e soluções. 1. ed., 2. Reimpressão. São Paulo: Cengage, 2019.

SILVA, Raphaela Reis Conceição Castro; MATTIA, Clenia De. Ciência administrativa e gestão pública: uma crítica à primazia do privado em relação ao público. Cadernos EBAPE. BR, v. 14, p. 1054-1065, 2016.

SILVA, N. S. A Institucionalização do Planejamento Público Orçamentário: uma análise dos Municípios do Piemonte Norte do Itapicuru/BA, entre os anos de 2004 e 2015. 2017. Dissertação de mestrado, Universidade de Salvador, Salvador, BA, 2017.

STN. Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP. 8. ed. Secretaria do Tesouro Nacional -STN, 2018.

YIN, R. K. Estudo de caso: planejamento e métodos. 4. ed. Porto Alegre: Bookman, 2010.